



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

21/04/2019

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	3
2.2. JUÍZES.....	4 - 9



Registro da juíza Marcela Santana Lobo recebendo o título de Cidadã Caxiense das mãos do presidente da Câmara Municipal de Caxias, Antônio José Bittencourt de Albuquerque, o Catulé. Desde de 2014, Marcela atua na comarca de Caxias contra crimes relacionados à violência doméstica contra mulher, crianças e adolescentes. Portanto, mais do que justa a honraria recebida.

ÁGUAS QUE VÊM E QUE VÃO

OSMAR GOMES

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludo-vicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Água está na essência da vida. Ela é a base de tudo, uma espécie de matéria mãe, da qual todas as outras espécies precisam para sobreviver.

Desde os primórdios a água estava lá, presente, composto líquido no qual acredita-se terem se originado as primeiras espécies. E tanto pelo ponto de vista biológico quanto fisiológico precisamos dela para manutenção do nosso corpo e ecossistema em equilíbrio.

No entanto, as águas de março que fecham o verão parecem teimar em ficar para abril, maio... O Brasil possui dimensões continentais, expressão que virou lugar comum. Justamente por isso têm também características climáticas extremamente diferentes de uma região para outra, notadamente no que diz respeito às estações do ano e a sazonalidade das chuvas e das estiagens.

De norte a sul, leste a oeste, temos acompanhado verdadeiras tragédias e transtornos diários na vida de muitas cidades brasileiras em razão das fortes chuvas. Em nossa capital, particularmente, chuvas fortes e perenes começaram a cair desde novembro, algo incomum e muito distante daquelas noites de Natal ou mesmo de Réveillon, quando presenciávamos uma leve garoa. Chuva de verdade? Ah, estas só molhavam de verdade de fevereiro em diante, seguindo um curso de normalidade até junho.

Como no jargão popular, estas chuvas apanharam a todos de calças cur-

tas – sociedade e poder público –, na capital e no interior. Isso porque, como seres humanos, aprendemos a conviver com a natureza e reagimos a ela conforme as intempéries que se apresentam. Deveria ser uma simbiose perfeita, se para ela devolvêssemos, na mesma proporção, os benefícios que nos concede tão generosamente.

Ao cabo de toda reflexão sobre esses desastres, a culpa parece se voltar sempre para um único ser, o humano. Seja pela ação predatória frente à natureza, o que especialistas garantem estar causando desequilíbrio e resultando em eventos naturais cada vez mais drásticos, seja pela falta de planejamento adequado frente a possíveis tragédias, muitas delas aparentemente anunciadas e evitáveis.

Embora em estágio avançado, ainda podemos reverter esse quadro, nas duas frentes: prevenção e reação às ocorrências. No primeiro caso, importante invocar a necessária mudança de comportamento frente ao consumismo desenfreado, em especial os recursos naturais disponíveis. Metas como a diminuição do aquecimento global, do desmatamento e poluição dos recursos hídricos precisam estar na pauta de toda a sociedade e não apenas dos governantes.

Não se pode negar que, via de regra, a grande parte da responsabilidade recai sobre os ombros da própria sociedade. É ela que elege seus representantes, que por sua vez devem agir em benefício da coletividade também no tocante à questão ambiental. Governantes, seja na esfera federal ou mesmo municipal, passam então a ter papel decisivo nas duas frentes apontadas.

O governo precisa assumir o papel de protagonista, mobilizando a sociedade na busca e na implantação de soluções efetivamente transformadoras. Não se pode mais dissociar as ações de governo dos impactos ambientais que as mesmas podem acarretar ao meio ambiente. Reduzir impactos, aumentar ações de recuperação e ampliar as de preservação são caminhos para que se estabilize e posteriormente se reverta o avançado processo de degradação ambiental.

O “x” da questão é que agora essas

ações precisam ser realizadas conjuntamente, em paralelo, como diz a velha e boa expressão: pegar o bonde andando. Ao mesmo tempo em que se planeja o futuro, é preciso adotar medidas urgentes para amenizar os estragos trazidos pela natureza, na estiagem ou na cheia. Enquanto o futuro não chega, que pelo menos o dever de casa seja feito.

Municípios precisam ter plano de ação para atender prontamente sua população. Vejo com tristeza, por exemplo, nossa região da baixada maranhense castigada pelo atual período de chuva, em particular minha terra Cajari. É triste ter que presenciar gente do meu chão abandonando suas casas em razão das cheias e não ter o amparo necessário do poder público. Baixada tão rica e ao mesmo tempo tão castigada por gestões que não colocam as pessoas em primeiro lugar.

Por outro lado, com apoio dos estados e do governo federal, os municípios precisam ser bem aparelhados. Bombeiros precisam estar distribuídos estrategicamente e a defesa civil atenta aos acontecimentos, se possível agindo preventivamente nas áreas de risco.

Boa parte da população, maranhense e brasileira, agoniza frente às intempéries vividas nos últimos meses. Uma secessão de tragédias de grandes proporções tem deixado cidades inteiras órfãs em todo o país, com destaque para a do Rio de Janeiro, mais recentemente. Lá, pessoas morreram afogadas e soterradas. Como um castelo de areia, a cidade maravilhosa ruiu e mostrou sua face mais frágil nos últimos dois meses.

Mas a vida precisa seguir. Frente às incertezas que se sucedem – sobre ter sido apenas um evento raro ou se passaremos a enfrentar cada vez mais turbulências como as vistas recentemente – precisamos, todos, levantar nossas cabeças e continuar em frente.

As cartas da nossa sobrevivência estão sobre a mesa e as soluções esperando para serem adotadas. Trilhar novos rumos não é mais uma questão de opção, mas uma obrigação que agora envolve todos nós, governo e sociedade.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Escalada da barbárie

A face cruel da violência no campo resgata uma memória que a história oficial não conta. Em 13 de maio de 1888 – há 131 anos – o Senado do Império do Brasil aprovava a Lei Áurea, abolindo a escravidão.

Naquele momento, não era apenas a liberdade dos escravos que estava em jogo. Havia outro tema pertinente no centro do debate: a reforma agrária.

Na época, a discussão sobre a distribuição de terras nacionais havia sido proposto pelo abolicionista André Rebouças, engenheiro negro de grande prestígio. A intenção dele era criar um imposto sobre fazendas improdutivas e distribuir as terras para ex-escravos.

O político Joaquim Nabuco – também abolicionista – apoiou a ideia. Já os fazendeiros, republicanos – e até mesmo os abolicionistas mais moderados – ficaram em polvorosa.

Como o movimento republicano fez um acordo com os latifundiários para que não houvesse mudança na propriedade rural, a aprovação da Lei Áurea acabou não trazendo, concretamente, nenhuma alternativa para os escravos libertados se inserirem no novo Brasil livre.

Com isso, a ideia de reforma agrária não prosperou, uma vez que o movimento republicano e os latifundiários resolveram trazer imigrantes para trabalharem em fazendas, dispensando a mão de obra dos negros.

Assim, os abolicionistas Joaquim Nabuco e André Rebouças acabaram apoiando a monarquia até o fim. Foi então que no livro “Minha Formação” (1900) Joaquim Nabuco passa a renegar totalmente sua juventude abolicionista e faz uma declaração monarquista que constitui uma das frases mais infames da história da política brasileira.

Ele disse que tinha convicção de que “a raça negra por um plebiscito sincero e verdadeiro teria desistido de sua liberdade para poupar o menor desgosto aos que se interessavam por ela, e que no fundo, quando ela pensa na madrugada de 15 de novembro (data da proclamação da República), lamenta ainda um pouco o seu 13 de maio”.

Com a declaração, Joaquim Nabuco mostrou claramente que a Reforma agrária nunca esteve na pauta da maioria dos abolicionistas.

Até hoje ela continua fora agenda política brasileira, acelerando o processo de pobreza absoluta e a migração da população rural pobre para as áreas urbanas. É por isso que o Brasil é um dos únicos grandes países agroexportadores que nunca fez reforma agrária, cujo ciclo de vida no país é um fracasso assombroso em todos os sentidos. Trata-se de dura vilania política, pois, enquanto a miséria no campo se esconde atrás das muletas das políticas sociais, os

governos coletam números destinados meramente ao autoelogio. Mesmo com um gigantesco orçamento destinado à questão agrária, verifica-se uma irresponsabilidade espantosa com a problemática da reforma agrária. Os governantes mantêm-se impassíveis diante do clamoroso desperdício de vultosos recursos públicos para realizar o que eles próprios consideram irrealizável.

Resta saber se algum governante nesse país terá a coragem de finalizar este capítulo da nossa História. Para que isso aconteça, será necessário primeiramente abrir as mentes, pois a ortodoxia e a ideologização dominantes só tem contribuído para a violência extrema no campo. O cenário na seara agrária é tenso. Todos os processos para compra e desapropriação de terras sofreram interrupção. A medida afeta acampamentos em todos os Estados, postergando o sonho de milhões de trabalhadores.

A reforma agrária vem perdendo espaço no orçamento do governo federal desde 2015. Naquele ano, o Congresso aprovou gastos de R\$ 2,5 bilhões para o programa Reforma Agrária e Governança Fundiária. Este ano, com um corte de 70% previsto na Lei Orçamentária Anual, o cheiro de pólvora permanece como incenso de uma violência extrema que avança cada vez mais no campo, com conflitos sangrentos em mais de 37 milhões de hectares de terras no país, uma área equivalente ao tamanho do Japão e maior que todo o território da Alemanha. Só este ano, dez pessoas foram assassinadas em conflitos pela posse da terra no país. Esse número pode ser ainda maior, devido à subnotificação.

O modelo de uso abusivo da mãe terra e da irmã água já mostrou a que veio, e tem que ser questionado e combatido até as últimas consequências. O campo é extenso e pode ser cenário de vida com qualidade e fartura para todas e todos, desde que as terras e as águas sejam utilizadas com justiça agrária e hídrica, além de responsabilidade socioambiental.

No Brasil, os agronegociantes seguem invadindo de forma obsessiva áreas de plantação com uma prática agrícola voraz. As extensas plantações de soja contaminam com agrotóxicos as nascentes dos córregos e dos rios, além de serem também responsáveis pelo confinamento dos pequenos agricultores, que ficam “encurralados” pelas monoculturas.

Eles são os pivôs da discórdia e seguem secando rios, lagos e lagoas pelo uso intensivo e pelo enorme desperdício por evaporação da água que é captada para plantar grandes monoculturas de soja, de eucalipto, de milho. Por agronegócio, entende-se a produção em larga escala, feita em grandes extensões de terra – latifúndio – com sofisticada tecnologia em quase monopólio de empresas transnacionais, uso indiscriminado de agrotóxico e, muitas vezes, com mão de obra em condições análogas à escravidão.

O desmatamento seca as nascentes de rios, os igarapés, escorraça os pássaros, expulsa os trabalhadores rurais para as periferias das cidades, sendo estes obrigados a vender suas pequenas propriedades por falta d’água.

Com a pulverização de herbicidas, inseticidas e praguicidas, feita por aviões em voos rasantes em campos de soja, balaies e mais balaies de pássaros mortos podem ser recolhidos, vítimas dos venenos altamente tóxicos. Mais do que omisso ou conivente, os Governos tem sido cúmplices, sustentadores e fomentadores da iníqua estrutura fundiária reinante no Brasil.

ARQUIVO



O babalorixá Bitá do Barão de Guará morreu na quinta-feira (18), em um hospital de Teresina

O Comendador da República **Bitá do Barão: a trajetória do maior babalorixá do Estado do MA**

PÁG.8 (C1)

O Comendador da República

Bitá do Barão: a trajetória do maior Babalorixá do Estado do Maranhão

DIVULGAÇÃO

O Babalorixá Bitá do Barão de Guará morreu na última quinta-feira (18), por volta das 12h40, em um hospital particular da cidade de Teresina, capital do Piauí. Um boletim médico informou que a morte do umbandista foi em decorrência de uma infecção pulmonar, agravada para um problema renal e de pressão alta.

O velório aconteceu no Palácio de Iansã, que fica situado dentro da casa do pai de santo, na Rua Rui Barbosa, Bairro Santa Filomena, em Codó. O enterro ocorreu nesse sábado (20), no Cemitério Central.

Comendador da República – Conhecido internacionalmente, Wilson Nonato de Souza (86 anos), mais conhecido como Bitá do Barão, é um famoso pai de santo de Codó, interior do Maranhão. O umbandista recebeu do ex-presidente José Sarney o título de Comendador da República, em 1988.

Filho de Cirilo Bispo de Souza (caxiense) e Olívia Ferreira de Souza (codoense), Bitá do Barão nasceu no dia 10 de julho de 1932. Iniciou-se nos cultos afros aos 5 anos de idade, realizando trabalhos espirituais nas matas da localidade Santo Antônio dos Pretos, zona rural de Codó.

O pai de santo revelou que na infância ganhou do padrinho o apelido de “Bitá” por ser uma criança muito agitada. A palavra significa bode, no linguajar da cidade. O nome “Barão” recebeu por causa da entidade que diz incorporar desde os 15 anos de idade, o Mestre Barão de Guará.

O pai de santo é fundador da Tenda Espírita de Umbanda Rainha de Iemanjá. No local, que funciona desde o dia 24 de junho de 1954, acontecem anualmente dois grandes eventos: Festejo aos Santos e Orixás, realizado no mês de agosto, e o Festejo de Santa Bárbara, comemorado entre novembro e dezembro. Milhares de pessoas, incluindo turistas de

outros países, visitam Codó todos os anos para acompanhar as duas festas.

Adepto do Terecô, uma das religiões afro-brasileiras praticadas pelos umbandistas codoenses, Bitá do Barão também é conhecido no Brasil por sua proximidade com a família Sarney. Dentre as diversas histórias, contam que o pai de santo teria feito um despacho para que José Sarney assumisse o lugar de Tancredo Neves, morto no dia 21 de abril de 1985. Em entrevista ao jornalista Arthur Veríssimo, no ano de 2015, o umbandista negou a informação.

“Não, senhor. E, se tivesse feito, não falaria. Não tenho nada a ver com isso e não quero nem falar. Que Deus tenha o Tancredo lá junto dele, pronto”, disse.

A ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney é madrinha de batismo da neta de Bitá do Barão. Sempre que passa por Codó, ela fazia questão de visitar a residência do pai de santo; porém, não participou de seu velório e enterro. O mais popular pai de santo do Maranhão conseguiu, no dia 06 de agosto de 2015, mudar o seu nome de batismo. O juiz Hólídice Cantanhêde Barros autorizou a mudança e o umbandista passou a assinar como Wilson Nonato Bitá do Barão de Sousa.

Trabalhos sociais – Mais do que grande ícone da cultura e umbanda, Bitá do Barão também desenvolvia vários projetos sociais no município de Codó.

Por mais de 60 anos, durante o Festejo aos Santos e Orixás, Bitá do Barão distribuía cerca de 5 mil brinquedos para crianças carentes e centenas de cestas básicas para famílias humildes de Codó.

Bitá do Barão, com a ajuda de sua filha, Janaina



Souza, também criou o Instituto Mestre Bitá do Barão (IMEBB). A entidade sem fins lucrativos foi inaugurada no dia 30 de abril de 2016, com o objetivo de oferecer saúde, educação, cultura e esporte para a população mais carente do município.

“Tô muito alegre, tô muito entusiasmado em poder receber esse trabalho doado por Deus e minha filha, eu não vou decepcionar”, afirmou o pai de santo em entrevista ao jornalista Acélio Trindade durante o evento de inauguração. Nesses quase três anos de existência, o IMEBB já distribuiu milhares de brinquedos e cestas básicas. O Instituto também disponibilizou consultas gratuitas com especialistas em Oftalmologista, Pediatria, Fisioterapia, Odontologia e Clínico Geral. No local, ainda foi oferecido tratamentos de beleza, atividades físicas e distribuição de medicamentos. Por conta do trabalho humanitário, religioso e cultural que desenvolveu na região, Bitá do Barão de Guará deixará seu nome marcado eternamente na história de Codó e do Maranhão.

(MARCOS SILVA - BLOGUEIRO, CODÓ, MA)



Bom Dia Sociedade

Nossa conversa de todas as segundas-feiras



Orquídea Santos

orquideafsantos@yahoo.com.br



Acesse nossa página no FACEBOOK, ORQUÍDEA SANTOS NA TV, ou através do google (@orquideafssantos) e veja os vídeos que fizeram sucesso durante a semana.



Registro da juíza Marcela Santana Lobo recebendo o título de Cidadã Caxiense das mãos do presidente da Câmara Municipal de Caxias, Antônio José Bittencourt de Albuquerque, o Catulé, e do vereador Magno Magalhães. Marcela atua na comarca de Caxias desde 2014. Uma merecida homenagem!

Vida que Segue, Raimundo Sá

JUIZ SEBASTIÃO BONFIM

Ilustre amigo Sá, Raimundo Sá, Coronel Sá, que momento, despedida em qualquer momento da vida é melancólico, infelizmente, se aproxima o dia esperada Reserva, sentimentos opostos se confundem em nosso íntimo, sensação única é o sucesso na carreira e saber do êxito do dever cumprido. A princípio, uma alegria enorme por termos, enfim, recebido oficialmente a declaração de que já cumprimos, totalmente, o compromisso assumido nos melhores anos da juventude. Logo em seguida, vem a tristeza de nos privarmos tanto da convivência diária com amigos conquistados e colegas de quartel quanto do exercício da atividade profissional dignificante que, por décadas, garantiu nosso sustento e ocupou a maior parte do nosso tempo. Nessa hora, passa o filme de uma vida inteira de dedicação, renúncias, momentos bons, outros ruins, situações nas quais chegamos até a pôr em risco a nossa integridade física e/ou a própria vida para darmos o melhor de nós e atingirmos a excelência na proposta de trabalho que nos foi confiada em defesa da sociedade Maranhense. É quando tomamos a exata consciência do

tamanho que a nossa parcela de contribuição teve para edificação da sociedade em que vivemos. Fazemos um balanço de quantas pessoas estiveram sob a nossa responsabilidade e do peso que a nossa postura e disposição para defendê-las tiveram em sua trajetória Militar, quer como praça, quer como Oficial de nossa Briosia. Raimundo Sá combateu o bom combate, é exemplo que tudo é possível, basta querer. O velho pai sente-se orgulhoso da trajetória do filho e por ser comandante supremo do Raimundo Boliviano, saiba, que sua caminhada para reserva é apenas um período que você conquistou para que você possa se cuidar mais, para que fique presente no seio de sua família, para estreitar maiores laços de amizade que o tempo reduzido inviabilizou, por dedicação a Briosia e escravidão do tempo e do relógio; enfim, para seguir vivendo de forma desacelerada e fazer o que tiver vontade. Apesar de lamentarmos a ausência física da pessoa que se afasta, os que permanecem resignam-se, pois sabem que é algo benéfico e merecido. Há, inclusive, um detalhe que não deve ser



esquecido: o Militar que vai pra Reserva apenas se desvincula de um contrato profissional. Ninguém se aposenta dos amigos e muito menos da profissão que abraçou. Por isso, devemos nos alegrar, pois não perdemos o amigo ou o colega de profissão – ele poderá nos visitar quando desejar e sempre será muito bem-vindo a caserna, àquele que foi o seu local de trabalho e, com certeza, jamais sairá da sua memória e do seu coração.

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



ÁGUAS QUE VÊM E QUE VÃO

Água está na essência da vida. Ela é a base de tudo, uma espécie de matéria mãe, da qual todas as outras espécies precisam para sobreviver. Desde os primórdios a água estava lá, presente, composto líquido no qual acredita-se terem se originado as primeiras espécies. E tanto pelo ponto de vista biológico quanto fisiológico necessitamos dela para manutenção do nosso corpo e ecossistema em equilíbrio.

No entanto, as águas de março que fecham o verão parecem teimar em ficar para abril, maio... O Brasil possui dimensões continentais, expressão que virou lugar comum. Justamente por isso têm também características climáticas extremamente diferentes de uma região para outra, notadamente no que diz respeito às estações do ano e a sazonalidade das chuvas e das estiagens.

De norte a sul, leste a oeste, temos acompanhado verdadeiras tragédias e transtornos diários na vida de muitas cidades brasileiras em razão das fortes chuvas. Em nossa capital, particularmente, chuvas fortes e perenes começaram a cair desde novembro, algo incomum e muito distante daquelas noites de Natal ou mesmo de Réveillon, quando presenciávamos uma leve garoa. Chuva de verdade? Ah, estas só molhavam de verdade de fevereiro em diante, seguindo um curso de normalidade até junho.

Como no jargão popular, estas chuvas

apanharam a todos de calças curtas – sociedade e poder público –, na capital e no interior. Isso porque, como seres humanos, aprendemos a conviver com a natureza e reagimos a ela conforme as intempéries que se apresentam. Deveria ser uma simbiose perfeita, se para ela devolvêssemos, na mesma proporção, os benefícios que nos concede tão generosamente.

Ao cabo de toda reflexão sobre esses desastres, a culpa parece se voltar sempre para um único ser, o humano. Seja pela ação predatória frente à natureza, o que especialistas garantem estar causando desequilíbrio e resultando em eventos naturais cada vez mais drásticos, seja pela falta de planejamento adequado frente a possíveis tragédias, muitas delas aparentemente anunciadas e evitáveis. Embora em estágio avançado, ainda podemos reverter esse quadro, nas duas frentes: prevenção e reação às ocorrências. No primeiro caso, importante invocar a necessária mudança de comportamento frente ao consumismo desenfreado, em especial os recursos naturais disponíveis. Metas como a diminuição do aquecimento global, do desmatamento e poluição dos recursos hídricos precisam estar na pauta de toda a sociedade e não apenas dos governantes.

Não se pode negar que, via de regra, a grande parte da responsabilidade recai sobre os ombros da própria sociedade. É ela que elege seus representantes, que por sua vez devem agir em

benefício da coletividade também no tocante à questão ambiental.

Governantes, seja na esfera federal ou mesmo municipal, passam então a ter papel decisivo nas duas frentes apontadas.

O governo precisa assumir o papel de protagonista, mobilizando a sociedade na busca e na implantação de soluções efetivamente transformadoras. Não se pode mais dissociar as ações de governo dos impactos ambientais que as mesmas podem acarretar ao meio ambiente. Reduzir impactos, aumentar ações de recuperação e ampliar as de preservação são caminhos para que se estabilize e posteriormente se reverta o avançado processo de degradação ambiental.

O “x” da questão é que agora essas ações precisam ser realizadas conjuntamente, em paralelo, como diz a velha e boa expressão: pegar o bonde andando. Ao mesmo tempo em que se planeja o futuro, é preciso adotar medidas urgentes para amenizar os estragos trazidos pela natureza, na estiagem ou na cheia. Enquanto o futuro não chega, que pelo menos o dever de casa seja feito.

Municípios precisam ter plano de ação para atender prontamente sua população. Vejo com tristeza, por exemplo, nossa região da baixada maranhense castigada pelo atual período de chuva, em particular minha terra Cajari. É triste ter que presenciar gente do meu chão abandonando suas casas em razão das cheias e não ter o

amparo necessário do poder público. Baixada tão rica e ao mesmo tempo tão castigada por gestões que não colocam as pessoas em primeiro lugar.

Por outro lado, com apoio dos estados e do governo federal, os municípios precisam ser bem aparelhados.

Bombeiros precisam estar distribuídos estrategicamente e a defesa civil atenta aos acontecimentos, se possível agindo preventivamente nas áreas de risco.

Boa parte da população, maranhense e brasileira, agoniza frente às intempéries vividas nos últimos meses. Uma sucessão de tragédias de grandes proporções tem deixado cidades inteiras órfãs em todo o país, com destaque para a do Rio de Janeiro, mais recentemente. Lá, pessoas morreram afogadas e soterradas. Como um castelo de areia, a cidade maravilhosa ruiu e mostrou sua face mais frágil nos últimos dois meses.

Mas a vida precisa seguir. Frente às incertezas que se sucedem – sobre ter sido apenas um evento raro ou se passaremos a enfrentar cada vez mais turbulências como as vistas recentemente – precisamos, todos, levantar nossas cabeças e continuar em frente.

As cartas da nossa sobrevivência estão sobre a mesa e as soluções esperando para serem adotadas. Trilhar novos rumos não é mais uma questão de opção, mas uma obrigação que agora envolve todos nós, governo e sociedade.



Giro Econômico

Aquiles Emir

aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

DIVULGAÇÃO



A juíza Marcela Santana Lobo, que desde 2014 atua na Comarca de Caxias, onde se destaca no combate à violência contra a mulher, foi distinguida com o título de Cidadã Caxiense, que recebeu das mãos do vereador Antônio José Bittencourt de Albuquerque, o Catulé, que preside o parlamento municipal